



Universidades Lusíada

Correia, José de Matos, 1963-

Bulgária : eleições legislativas de 18 de Dezembro de 1994

<http://hdl.handle.net/11067/5056>

<https://doi.org/10.34628/8sq9-w963>

Metadados

Data de Publicação	1995
Palavras Chave	Eleições - Bulgária
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, n. 03 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T20:16:17Z com informação proveniente do Repositório

BULGÁRIA

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 18 DE DEZEMBRO DE 1994

PARTIDOS	%	Lugares
Socialistas Búlgaros	43,50	125
União das Forças Democráticas	24,23	69
União Popular	6,51	18
Movimento Direitos e Liberdades	5,44	15
Business Bloc	4,73	13
Outros	15,59 (¹)	—

O sistema político búlgaro tem evoluído de forma um pouco diferente daquilo que sucedeu nos restantes Estados da Europa Central e do Leste. Com efeito, a Bulgária foi o único país da região a ter um governo composto por ex-comunistas democraticamente eleito, após o triunfo do novo Partido Socialista Búlgaro, com maioria absoluta, nas eleições de Junho de 1990.

A sua permanência no poder foi contudo relativamente efémera e atribulada até que, cerca de um ano depois, nas eleições de Outubro de 1991, a União das Forças Democráticas, principal bastião da oposição triunfou, ascendendo em consequência ao poder, apesar de o seu resultado apenas lhe ter permitido formar um governo minoritário (de resto de curta duração).

Uma vez mais, o recente acto eleitoral permitiu o regresso ao executivo dos ex-comunistas, com a vitória do Partido Socialista Búlgaro que, atingindo uma percentagem de 43,5 % dos votos, aumentou em cerca de 10 % o seu anterior resultado e atingiu praticamente os valores de 1990, conseguindo mesmo obter a maioria absoluta dos deputados no Parlamento.

Os socialistas colheram assim o fruto do profundo descontentamento popular com uma situação em que a inflação atinge os 120 %/ano, as refor-

(¹) No sistema búlgaro é necessária a obtenção de 4 % dos votos para conseguir representação parlamentar.

mas económicas parecem estar num beco sem saída e o endividamento externo aumentou para níveis alarmantes. A sua maioria é contudo escassa — de apenas 6 votos —, o que não lhe concede grande solidez, se tivermos em conta as diversas sensibilidades existentes no âmbito do partido e ainda o facto de os parceiros de coligação (a União Nacional Agrária e os Ecológicos) não disporem de qualquer assento parlamentar.

No pólo inverso, a União das Forças Democráticas foi a principal derrotada, baixando em cerca de 10 % a votação, obtendo o seu pior resultado de sempre e perdendo, em favor dos socialistas, o lugar de primeiro partido. Tratando-se de um movimento político composto por uma constelação de partidos, muitas vezes com um relacionamento difícil, enfrenta agora um desafio crucial para o seu futuro: ou manter-se como coligação multipartidária híbrida, com os problemas que são já conhecidos, ou tentar afirmar-se como partido político unificado e sob uma forte liderança, opção pela qual o seu novo chefe, IVAN KOSTOV, parece ter enveredado.

Um dos problemas que mais tem afectado a estabilidade política e social do país é, sem dúvida, o das minorias, em especial o da etnia turca. É por isso compreensível o relativo bom desempenho do Movimento Direitos e Liberdades, representativo daquela minoria, o qual conseguiu manter um interessante resultado, ao nível do atingido em 1990, embora ligeiramente inferior ao de 1991.

Breve análise comparativa

A evolução do sistema político em todos os países objecto de análise tem por fundo o mesmo tipo de cenário: grave instabilidade económica, hesitações permanentes quanto ao sentido a dar às reformas, com sucessivos avanços e recuos que denotam falta de visão estratégica, necessidade de urgente saneamento das finanças do Estado, níveis preocupantes de endividamento interno e externo, índices elevados de inflação, quebra de produtividade, incipiência do tecido empresarial. E, como consequência directa de tudo isto, instalação de um clima de profunda crise social e política, que torna o eleitorado volúvel às propostas demagógicas avançadas pelos líderes populistas e radicais de ambos os extremos do espectro ideológico.

O sentimento de desencanto gerado pelas dificuldades do processo de transição democrática e algum saudosismo da situação de relativa estabilidade vivida no período totalitário levaram assim a um compreensível

regresso ao poder dos ex-comunistas na Hungria e na Bulgária. Já no caso eslovaco, o desejo de afirmação da recém conquistada independência, fruto da divisão da Checoslováquia, explica que a confiança do eleitorado tenha sido depositada nos nacionalistas e não nos ex-comunistas.

Por outro lado, é característica comum aos três casos analisados a constituição de governos de coligação, embora por razões distintas: enquanto na Eslováquia se tratou de uma solução necessária para assegurar a existência de uma maioria parlamentar, no caso húngaro e búlgaro o objectivo foi alargar a legitimidade política e eleitoral do executivo e afastar receios de repetição do unipartidarismo, mesmo se para isso fosse necessário recorrer à aliança com partidos extraparlamentares de diminuta importância.

Saliência merece, igualmente, a existência de um intervalo muito amplo entre o resultado do primeiro e do segundo partido: 36 % na Hungria, 25 % na Eslováquia e 20 % na Bulgária.

Verifica-se também, como característica comum a todos os casos, a existência de um número alargado de partidos políticos de relevante dimensão parlamentar, pese embora o estabelecimento, nos três países, de cláusulas-barreira.

Uma conclusão é porém segura: ao fim de meia década, os sistemas político e partidário nos três países não estão ainda suficientemente sedimentados e estruturados para que conclusões seguras se possam tirar. O facto de, em actos eleitorais consecutivos, se terem verificado resultados diametralmente opostos, atesta a impossibilidade de fazer quaisquer extrapolações sobre a evolução do sistema.

JOSÉ DE MATOS CORREIA



Fundação Minerva
UNIVERSIDADE LUSITANA DE LISBOA



0000000003939